

VEÍCULO O LIBERAL

Kaiapó

DATA 11 de agosto de 1993

PÁGINA 02 (Opinião)

Ação para índio ver

A diligência aparatosa que o Ibama realizou no último final de semana, para apreender milhares de toras de mogno extraídas de duas reservas de índios kaiapó, no sul do Pará, talvez fosse dispensável para não se iludir a opinião pública de que, a partir de agora, alguma coisa vai mudar para melhor, ou que a lei vai ser cumprida. A extração de madeira de terras indígenas, ressalte-se é um segredo de polichinelo: o Ministério do Meio Ambiente (e os correlatos que o antecederam em existências infrutuosas), a Funai, os ecologistas, o Ministério Público, as aguerridas ONGs da vida, enfim, todos os que tenham ouvidos para escutar e olhos para ver sabem que os índios

comercializam mogno e outras espécies menos valiosas, o que é expressamente vedado pela Constituição.

Este impedimento constitucional não basta, entretanto, para delimitar responsabilidades e fazer com que o bom senso prevaleça. Os índios, por exemplo, protagonistas de um violento e doloroso processo de aculturação, não querem mais apitar; querem mesmo é desfrutar dos confortos que os brancos lhe permitiram experimentar. Há comunidades indígenas que, se fossem depender do órgão tutor, não teriam nem como transportar doentes para a cidade, o que acabam fazendo por iniciativa própria e com recursos au-

feridos, entre outras coisas, com a venda de madeira.

Se os índios não podem posar de bons moços quando levantam suas bordunas em defesa da natureza nas campanhas que as ONGs comandam, ao mesmo tempo em que autorizam a devastação de suas reservas, também o governo não pode extasiar-se com operações eventuais, como a que o Ibama realizou, quando se sabe que muito ainda deve ser feito. Por exemplo: desengavetar processos administrativos contra pessoas que usaram os índios para ficar com apitos de ouro... A raia de moralidade tem que atingir a todos, e não apenas as comunidades indígenas.